

Tratado Popular de Sustentabilidade sobre a Equidade

([Clique aqui](#) para ver o texto completo em Inglês; [clique aqui](#) para assinar.)

Nós, os Abaixo assinados, exigimos mudanças sistêmicas profundas necessárias para acabar substancialmente com as desigualdades, erradicar a pobreza, priorizar o bem-estar humano, proteger o direito ao desenvolvimento sustentável para todos, alcançar justiça ambiental e promover a paz entre os povos. Condenamos os sistemas económicos e políticos que perpetuam pragas semelhantes sobre a humanidade, condenamos também as negociações internacionais e instituições que atrasam a transferência para essas mudanças sistêmicas necessárias. Reduzir a desigualdade é fundamental para a transformação necessária para a sustentabilidade, já que a desigualdade mina a confiança e enfraquece soluções cooperativas para problemas urgentes a nível social, económico, ambiental e político.

O caminho a seguir não pode ser baseado em reformas fragmentadas e transferências à posteriori, mas deve ao invés lidar com os mecanismos e políticas subjacentes e fundamentais que disseminam, geram e mantêm uma crescente desigualdade. Os sistemas económicos que geram de forma inerente uma concentração cada vez maior de riqueza devem ser substituídos por instituições e mecanismos que incorporem tomadas de decisão e suportes de prosperidade partilhada democráticos e baseados na comunidade. Devemos desenvolver também programas sociais e campanhas para enfrentar e reverter as desigualdades no *status* social e nas percepções desumanizantes das diferentes categorias da humanidade, incluindo diferenças de género, raça, etnia, religião, saúde, capacidades, e outros atributos humanos fundamentais. Finalmente, a sociedade civil organizada entre si, juntamente com instituições educacionais, religiosas, cívicas, culturais e de negócios, deve encarregar-se de uma revisão das suas próprias políticas e práticas internas para determinar o seu impacto nos outros e a perpetuação de desigualdades, deve também introduzir mudanças para capacitar as vozes e participação plena daqueles que foram excluídos ou marginalizados.

Os princípios que articulamos incluem tanto valores morais como pragmáticos que se relacionam com a nossa humanidade comum, incluindo a equidade como um direito humano fundamental, a equidade como essencial para o bem-estar, a equidade como fundação de sociedades sustentáveis, a equidade de direitos para o desenvolvimento sustentável de todos, e a equidade através da mudança sistémica que altera as estruturas e mecanismos sociais, económicos e políticos subjacentes.

Os compromissos que apelamos exigem mudanças necessárias para promover a equidade verdadeira, incluindo democratizar as nossas economias, garantindo que cada indivíduo encontre reunidas todas as suas necessidades humanas básicas – a nível físico, intelectual e social – e requerendo que os organismos internacionais

económicos promovam o desenvolvimento sustentável de forma equitativa e democrática. Apelamos também ao desenvolvimento de mecanismos globais financeiros que partilhem de forma equitativa os encargos para avançar rumo à sustentabilidade, reforçando os direitos de todos os povos à auto-determinação política e económica, a eliminação da dívida soberana incorrida para facilitar a especulação financeira, o consumo desnecessário ou a consolidação do poder pelas elites, a desvinculação entre eleições e decisões políticas da acumulação de dinheiro, desenvolvimento de mecanismos eficazes para negociar o acesso a recursos localizados escassos, assegurar a equidade na propriedade de terra e produção de alimentos através de redistribuição de terras, decretando proteções legais para todos os grupos que sofrem de discriminação, democratizar os *media* e as comunicações para o benefício público, garantir o acesso público à educação, investigação e publicação científica, e abordar as desigualdades sociais com programas destinados a educar e destigmatizar todos os grupos e impedir comportamentos e linguagem que promovam a discriminação e o ódio.

O plano de ação preliminar descrito no Anexo será desenvolvido nos próximos meses pelas organizações que assinem o Tratado sobre a Equidade. Os itens de ação incluem enfrentar e nomear as desigualdades internas dentro de grupos da sociedade civil, retirando o apoio a negócios e práticas culturais que perpetuem a discriminação e desigualdade, fazendo campanha para derrubar as desigualdades sociais e formando alianças para promover os vários compromissos acima descritos.
